

Daniela Tiffany
Prado de Carvalho

organizadoras:
Elisa Maria
Taborda da Silva

Polianna Pereira
dos Santos



mulheres
na sociedade

desafios para a visibilidade feminina



organizadoras:

Daniela Tiffany
Prado de Carvalho

Elisa Maria
Taborda da Silva

Polianna Pereira
dos Santos



mulheres
na sociedade

desafios para a visibilidade feminina

Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, Os autores.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico e ilustrações
Letícia Robini

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva
Letícia Robini

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização
prévia do Grupo D'Plácido.



Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

Mulheres na sociedade: desafios para a visibilidade feminina. CARVALHO, Daniela
Tiffany Prado de; SILVA, Elisa Maria Taborda da; SANTOS, Polianna Pereira dos.
[Orgs.] -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.
ISBN: 978-85-8425-953-3

1. Direito. 2. Direito Constitucional. 3. Direitos Fundamentais. I. Título. II.
Artigos

CDU342

CDD341.27

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Prefácio
As mulheres brasileiras lutam: suas conquistas e sua resistência..... 11
Marlise Matos

Apresentação..... 23
Polianna Pereira dos Santos
Daniela Tiffany Prado de Carvalho
Elisa Maria Taborda da Silva

Apresentação 2
Visibilidade feminina..... 27
Polianna Pereira dos Santos
Mônica de Cássia
Júlia Rocha de Barcelos
Nicole Gondim Porcaro

MULHERES E PODER

1. Quem comanda o mundo ainda não são as mulheres..... 31
Jéssica Cardoso dos Santos
Simone Aparecida Jorge

2. Mulheres e a (sub) representação: invisibilidade
e silêncio nos espaços políticos 55
Bruna Camilo de Souza Lima e Silva

3. A face do machismo no poder judiciário:
mulheres contra a correnteza da história.....75
Ana Carolina Pessoa Holanda
Katarina Karol Brazil de Melo Rocha
4. Mulher e tecnologia: uma perspectiva da
administração de empresas.....101
Renata Simões Guimarães e Borges
Mário Afonso Costa e Borges

MULHERES E VIOLÊNCIA

1. Quem são elas para dizer o que se passou no corpo delas?.....129
Olívia Vilas Bôas da Paixão
Leonardo Custódio da Silva Júnior
Vanessa Lemgruber
2. Violência obstétrica durante o processo
de parturição: sob o olhar das mulheres.....155
Milene Silva Rodrigues
Débora Cecília Chaves de Oliveira
Rafaela Siqueira Costa Schreck
Emanuele Machado G. Aguiar
3. Lei maria da penha e a luta contra a violência
doméstica: possibilidades e limites do direito
enquanto instrumento de transformação social181
Isabella de Araújo Bettoni
4. A articulação da rede de atendimento à
violência doméstica em Itaquaquetuba –
SP como política pública: percepções
das participantes.....209
Anderson Almeida da Silva
Luci Mendes de Melo Bonini

5. Violência doméstica contra mulheres: da realidade silenciada à costura da rede.....	241
<i>Juliana Lemes da Cruz</i>	
<i>Joseli Lima Santos</i>	
6. Meninas e autoras de ato infracional: invisibilidade de gênero nas unidades de medida socioeducativa de privação de liberdade.....	271
<i>Michele de Castro Caldeira</i>	
<i>Maria Ignez Costa Moreira</i>	
7. A invisibilidade das mulheres em situação de prisão.....	291
<i>Daniela Tiffany Prado de Carvalho</i>	
8. As consequências dos conflitos armados sobre meninas e mulheres: um estudo de caso acerca do estupro utilizado como arma de guerra na Colômbia.....	303
<i>Larissa Tomazoni Carolina Grant</i>	
9. O artigo 128, II do Código Penal Brasileiro como efetivador da dignidade humana para a mulher	327
<i>Marina Bonissato Frattari</i>	
<i>Andréia Garcia Martin</i>	

MULHERES E CULTURA

1. Leoas confessas.....	347
<i>Elisa Maria Taborda da Silva</i>	
2. Mulheres com trajetória de rua: vivências e (r)existências na cidade de Belo Horizonte (MG).....	359
<i>Ariana Oliveira Alves</i>	

3. Violência de gênero: metaforizando o mítico no discurso da desigualdade de gênero, empoderamento, direito e cidadania.....387
Ricardo Damasceno Moura
4. Construções discursivas sobre a defesa do direito à vida: apontamentos sobre o aborto e sua viabilidade voluntária.....399
Daniel Victor de Oliveria Rabello
Michele Rocha Côrtes Hazar
5. Reforma trabalhista e vedação ao retrocesso: uma análise sobre as alterações nas condições de trabalho das mulheres.....429
Kaliandra Casati Júlio
Michele Rocha Côrtes Hazar
6. Reflexão sobre fatores relacionados à imagem corporal feminina na contemporaneidade: o contexto das adolescentes de Belo Horizonte.....457
Maria Tereza Cordeiro Beling

MULHERES E SABERES

- I. Mulheres na ciência do Rio Grande do Sul: trajetórias de persistência.....479
Anelise Gregis Estivalet
Bruna Dalmaso Junqueira
Clarissa Cé
Fernanda Tarabal Lopes
Gabriella Rocha de Freitas
Laura Spritzer Galli

2. Mulheres e saberes: Fernanda Tonelli – a luta, força e representatividade da mulher cientista.....	499
<i>Kely Cristina Mendonça Couto</i>	

MULHERES E SEXUALIDADE

1. Regulamentar a prostituição: possíveis mediações a partir do ativismo de prostitutas travestis.....	515
<i>Francielle Elisabet Nogueira Lima</i> <i>Victor Sugamoto Romfeld</i>	
2. Capital erótico, poder e violência simbólica.....	543
<i>Polianna Pereira dos Santos</i> <i>Juliane Pereira Raposo</i>	
AUTORES.....	579

Prefácio

As mulheres brasileiras lutam: suas conquistas e sua resistência

Marlise Matos¹



As mulheres são, hoje, 51,7% da população brasileira: são 104.855.655 mulheres que vivem nesse país se digladiando para sobreviver em busca de melhores condições de cidadania, dignidade e respeito, para si próprias e para suas famílias. Segundo os dados da PNAD 2015, 40,5% delas são “pessoas de referência” nos domicílios, ou seja, para 40% dos lares brasileiros são elas que comandam e sustentam a casa e elas já totalizam 39,9% das pessoas ocupadas no trabalho formal no país.

Quase ninguém percebe ou valoriza, mas a quantidade de lares chefiados por mulheres aumentou 67% entre 2004 e 2014 no país, segundo dados do IBGE. A concentração de mulheres chefes de família tende a ser mais acentuada, infelizmente, nas camadas mais pobres, já que a própria pobreza as conduz (quase sempre menos escolarizadas) ao mercado de trabalho. Essas informações preliminares nos dizem sobre aspectos inconclusos da cidadania de boa parte das mulheres brasileiras.

Entretanto, se alguém tinha alguma dúvida de que elas seriam capazes de ocupar os espaços públicos, de se escolarizar (em patamares inclusive maiores do que os homens), de entrar no mercado de trabalho, ter filhos, cuidar das famílias (especialmente das crianças, idosos e das pessoas doentes) e ainda estarem presentes de forma ativa em

¹ Professora Associada do Departamento de Ciência Política da UFMG, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero, ambos da UFMG. Marlise Matos é graduada em Psicologia (UFMG), Mestre em Teoria psicanalítica (UFRJ) e Doutora em Sociologia e Política (IUPERJ).

quase todos os movimentos políticos e organizações sociais do país (movimentos populares, sindicatos, partidos políticos, entidades de classe, associativismo comunitário, movimentos religiosos etc.) pode ter certeza de que suas dúvidas foram em vão. Elas conquistaram espaços impensáveis, mas tudo foi sendo realizado a custo de muito suor, resistência, de muita luta e capacidade de resiliência.

Não foram conquistas simples e nada nos chegou de modo fortuito ou casual. Para que cada jovem conseguisse entrar para uma universidade, tivemos milhares de mulheres, antes dela, que foram impedidas dessa realização e que, inconformadas, se organizaram em luta para reverter a discriminação de gênero no processo de escolarização. Para cada mulher que hoje escolhe seu marido e se casa por livre e espontânea vontade (ou que deixa de se casar, permanecendo solteira), foram milhares de mulheres “passadas” como meras moedas de troca entre as famílias, algumas sem direito sequer de conhecer o marido antes de casar; foram milhares que passaram da tutela do “poder do pai” para o “poder do marido”, reforçando-se assim a tradicional sociedade centrada na figura do *patria potestas*², do patriarca. Depois de um processo de abolição absolutamente inconsequente, absurdo e segregatório, a população negra, mas ainda mais especialmente as mulheres negras, se viu/viram só/s, abandonada/s à própria sorte e com a incumbência de ter que sustentar as famílias. Essa foi a realidade da imensa maioria das mulheres negras desse país; elas foram obrigada a se sustentar, mesmo sem conquistar o direito à escolarização ou ao trabalho formal como as brancas. Cada mulher negra hoje recebe a herança de resistência e dessas lutas ancestrais, que também precisa honrar. As mulheres negras trabalham durissimamente desse sempre (dentro e fora do mercado de trabalho e nas franjas e fronteiras dele também). Mesmo o simples movimento de ir às ruas com liberdade, de caminhar sozinha com as próprias pernas, sem a vigilância e o controle do masculino (mesmo quando esse controle era vetorizado pela própria mãe) e trabalhar para o próprio sustento e o sustento dos seus, é uma conquista fruto de embates cerrados e difíceis, travados por outras mulheres que ou viveram encarceradas nas prisões de seus lares,

² A figura do *patria potestas* (no latim) refere-se a uma instituição jurídica adotada por alguns países com diversos alcances, para regular as relações entre o pai, a mãe e os filhos emancipados. Esse sistema foi criado pelo Direito romano, estabelecendo o poder exclusivo do pai (*pater familiae*) sobre os filhos, integrando-se com o poder que o *pater familiae* também exercia sobre sua esposa e seus escravos.

supostamente “protegidas” pelas famílias brancas de ontem, mas onde imperava (e ainda de certa forma prevalece) a cultura da violência, do silenciamento e da dor; ou, conforme salientado, foram largadas na rua à sua própria sorte, como recém “libertadas” da escravidão construindo suas bases familiares como podiam.

As mulheres brasileiras vêm, ao longo de anos a fio, promovendo as mudanças mais radicais de uma maneira quase sempre silenciosa, mas efetiva. Em 1960, a nossa taxa e fecundidade era de mais de seis filhos por mulher. Em 2015, ela despencou para 1,7 filhos por mulher. Ao mesmo tempo, a escolaridade feminina que em 1960 era de 1,9 ano de estudo em média, subiu para 8,2 anos em 2015. Elas pararam de ter muitos filhos e passaram a estudar mais, decisões sábias e eficazes para transformar padrões atávicos de patriarcalismo e racismo coloniais. E fizeram tudo isso sem tomarem as armas e isso mudou nossa história. Em qualquer campo que olhemos, as conquistas das mulheres – brancas e negras – parecem-nos (e são) monumentais: uma verdadeira “revolução silenciosa”, mas que ainda não se encontra terminada. Não está terminada porque há milhares de mulheres, como as indígenas, ainda acorrentadas e exploradas.

Segundo estudo da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), o salário médio de uma mulher brasileira com educação superior representa 62% do de um homem com a mesma escolaridade. Ainda, de acordo com o Ipea, a renda média dos homens brasileiros, em 2014, chegava a R\$ 1.831,30. Entre as mulheres brancas, a renda média correspondia a 70,4% do salário deles: R\$ 1.288,50. Já entre as mulheres negras, a média salarial era R\$ 945,90.

As mulheres estão em luta pelo direito a sua dignidade como ser humano há séculos, inclusive e, sobretudo, no Brasil. Foram (e têm sido) anos a fio de dedicação incansável ao ideal de se construir uma sociedade, de fato (e não apenas de direitos), igualitária, justa e democrática para mulheres e homens, mas sobretudo para todas as mulheres, de todos os pertencimentos e diversidades identitárias e territoriais. E elas conseguiram alcançar feitos impensáveis para o mundo que habitavam as nossas avós, por certo. Superaram barreiras consideradas intransponíveis, modificaram hábitos e costumes, entraram para as instituições estatais e começaram, por exemplo, a deslanchar um processo (inconcluso ainda) de grandes transformações institucionais no campo das políticas públicas. E isso foi feito a partir das formas organizadas de luta política, muitas construíram

suas trajetórias nessas lutas organizadas nos movimentos sociais, nos sindicatos, nos movimentos estudantis, nas associações de bairro, nos clubes de mães, nas organizações religiosas e também nos partidos políticos. As formas de mobilização e de organização para a luta e a resistência são marcas potentes do ativismo político das mulheres no Brasil. Muitas construíram os movimentos feministas e os movimentos negros, outras estiveram nas lutas classistas, estudantis e partidárias, mas hoje a força dos feminismos contemporâneos é centrípeta, e vem tentando aglutinar essas dispersões de lutas, a partir de uma renovação feminista jovem que é verdadeiramente potência.

Tendo já perdido a conta do número de vezes em que tive que assistir as forças do conservadorismo decretarem, então, a “morte do feminismo” (especialmente nos meios de comunicação, que funcionam mais ainda hoje como meios de persuasão e convencimento ideológicos), do número de vezes em que tive que vir a público, subir na tribuna e gritar a plenos pulmões que os feminismos no Brasil estão perfeitamente vivos, ativos e têm realizado verdadeiras façanhas políticas e sociais, os feminismos brasileiros se encontram hoje – mesmo com todas as ameaças que pairam sobre as nossas cabeças, revigorados, renascidos pela força das jovens feministas, das feministas negras, das blogueiras feministas, das mulheres feministas dos campos e das florestas, apenas para citar aqueles movimentos organizados de mulheres e feministas mais fortes e proeminentes na cena brasileira de hoje.

Mas não chegamos aqui sem percalços. Não chegamos aqui contabilizando apenas conquistas. Nosso país retrocedeu politicamente, temos a nossa frágil democracia abertamente ameaçada (senão já “democracia impedida”, como diagnosticou Wanderley Guilherme dos Santos – 2016) e as conquistas sociais vêm sendo dilapidadas numa rapidez estonteante. Somos hoje uma sociedade mais vulnerável, em vários aspectos em piores condições do que éramos a cinco anos atrás, que se vê em risco, ameaçada mesmo, por um projeto político de poder que, para além de recolonizador e ultraneoliberalizante, tem nas pautas do conservadorismo/neofundamentalismo de gênero e raça, um dos seus principais pilares orgânicos.

Vivemos tempos de retrocesso em todo o planeta, mas as nossas mazelas são mais graves quando colocadas na perspectiva histórica mais longa, quando vemos que interrompemos de modo abrupto e violento (mas sem violência física) o primeiro ciclo longo de con-

tinuidade democrática da nossa história. Os retrocessos, por certo, são também mundiais. Segundo relatório do Fórum Econômico Mundial, na última edição mais atualizada do *Global Gender Gap Report*, para o ano de 2017 (um dos poucos documentos mundiais que faz o monitoramento das desigualdades existentes entre homens e mulheres ao redor do mundo³), a caminhada lenta, porém estável do mundo rumo à igualdade de gênero foi interrompida globalmente em 2017: a paridade entre homens e mulheres diminuiu em todo o mundo e também aqui no Brasil. Esse relatório demarca um ponto de inflexão muito importante, já que foi a primeira vez nos últimos dez anos que essa deterioração pode ser notada em âmbito global (essa série histórica de indicadores mensurada pelo relatório começou em 2006). Para esse relatório, o cenário do Brasil também foi altamente preocupante, uma vez que o país despencou onze posições, desde a edição anterior do *ranking* e está em 90º lugar entre. Em 2006, a população brasileira chegou a ocupar a 67ª posição entre os melhores países do mundo para mulheres, mas o ritmo de fechamento da lacuna que separa os gêneros avançou menos de 3% em uma década.

Essa moldura contextual é bastante importante para compreendermos a importância dos capítulos presentes neste livro. Cada capítulo aqui, a seu próprio modo, vai colocar luz sobre as diversas formas de desigualdade, de violência e de opressão que as mulheres vem enfrentando ao longo dos anos e nos permitem compreender melhor dinâmicas e processos específicos de construção das desigualdades de gênero. Assim é que se torna possível conscientizar melhor toda a sociedade para a importância do cultivo do respeito e igualdade de oportunidades para todos e todas.

Violência, cultura, saberes (tradicionais ou científicos) e sexualidade, são agendas fundamentais dessas transformações acima brevemente descritas: os grandes eixos estão visceralmente articulados com a política e o poder, com certeza. Estes são o amálgama, a liga, que movimentam as transformações e as conquistas (assim como também os retrocessos). Nessa coletânea também estão discutidos dois dos temas mais tensos e polêmicos das lutas feministas atuais: o aborto e a prostituição.

³ Esse índice é um indicador internacional comparado que está composto das seguintes dimensões de análise sobre as desigualdades de gênero: Participação Econômica e Oportunidade, Acesso à Educação, Saúde e Sobrevivência e Empoderamento Político. Ver: <https://www.weforum.org/reports/the-global-gender-gap-report-2017>

O aborto é legal no Brasil apenas em casos de estupro, quando necessário para salvar a vida da mulher, ou quando o feto sofre de anencefalia, um transtorno cerebral congênito fatal. Todavia, ainda hoje, as mulheres e meninas realizam abortos ilegais no Brasil e estas não apenas se expõem a riscos de lesões e de morte, mas também estão sujeitas a penas de até três anos de prisão, enquanto pessoas que realizam esses procedimentos podem enfrentar até quatro anos de detenção. Uma última pesquisa nacional de aborto estima que 416 mil mulheres brasileiras tenham realizado aborto em 2015. O Ministério da Saúde informou à organização *Human Rights Watch* que médicos administraram apenas 1.667 abortos legais naquele ano. Portanto, os corpos das mulheres ainda continuam sem ser totalmente delas. O tema do aborto é discutido também nesse Volume.

Desde o ano de 2002 a prostituição é considerada uma “ocupação profissional” pelo Ministério do Trabalho. Mas essa ocupação ainda está sem nenhuma regulamentação. E essa situação é o que sustenta, em algumas ocasiões, ser impossível diferenciar a profissão/ocupação da prostituição da atividade criminosa de exploração sexual, que ocorre também onde o sexo é comercializado no país. As feministas se dividem em relação a esse tema: parcela entende, juntamente com as prostitutas militantes, como bem vinda a regulamentação e, outra parcela, considera a comercialização do sexo e do corpo das mulheres como uma ação patriarcal de controle dos homens sobre as mulheres e, portanto, não concordariam com a regulamentação. O tema da regulamentação da prostituição também é discutido nesse Volume.

Um livro desta natureza, neste momento específico, ganha ainda mais significado e importância: não podemos permitir que as nossas conquistas nos escorrem por entre os dedos. É preciso compreender os obstáculos, analisar as alternativas e caminhos e partir para aquilo que foi, até aqui, a rotina das mulheres: lutar para transformar e resistir para manter as suas importantes conquistas.

Ainda no âmbito internacional, gostaria de mencionar aqui o Relatório “*Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social*”, publicado pela ONU Mulheres em 2016, que se inicia com a seguinte afirmação:

“A construção da *igualdade entre mulheres e homens é um desafio que não pode mais ser contornado ou secundarizado*. É uma exigência que se impõe a todos os países, demandando que o poder público e a sociedade civil se debrucem sobre os caminhos

para torná-la uma realidade palpável e concreta para todas as mulheres. *Desvendar as amarras de uma situação de opressão, que teima em parecer natural para muitos, é um dever de quem acredita na justiça, na democracia e ousa querer superar relações de dominação*” (Relatório ONU Mulheres, 2016, p. 12, itálicos nossos).

Mesmo diante das adversidades, não podemos adiar mais o usufruto legítimo dos resultados e frutos de nossas conquistas. E no campo do enfrentamento às mais variadas formas de violências, no campo da cultura, do mundo trabalho, da promoção do conhecimento, da (des)apropriação autônoma dos corpos e da nossa sexualidade, tivemos transformações de fôlego, algumas delas traduzidas, inclusive, em políticas públicas. Desta forma, eu me sinto bastante à vontade para afirmar que foram (e ainda são, pois nem todas foram ainda desmanteladas) muitas as políticas que tiveram seu olhar atento para o papel fundamental das mulheres na nossa sociedade, das inúmeras dificuldades que elas enfrentam em função, por exemplo, das múltiplas jornadas de trabalho e da necessidade de superação das profundas desigualdades de gênero ainda existentes.

Por exemplo, no campo das políticas econômicas e sociais, a recente experiência brasileira buscou, através do Programa Brasil Sem Miséria (que inclui o Programa Bolsa Família, mas vai bem além dele), um padrão de desenvolvimento mais inclusivo e emancipatório, muito além do que eventualmente se divulga como programas de caráter meramente compensatório ou redistributivo no campo da renda. Conseguimos tramar uma rede significativa de políticas públicas que transformaram o Brasil e deflagraram processos de despatriarcalização estatal (Matos e Paradis, 2014).

A compreensão de que a pobreza em nosso país tem gênero, raça e território muito bem definido orientou o desenvolvimento de estratégias nas quais as mulheres estiveram no centro das preocupações, em algumas áreas. Em outras, ainda que sem a mesma ênfase, as oportunidades e os resultados possibilitaram que as mulheres, com sua determinação e sua garra, delas usufruíssem de maneira especial. Mas, é preciso destacar, as políticas públicas daqui para frente terão que se relacionar com o novo momento político e social do país, com a nova realidade de um país “pós-democrático” ou de “democracia impedida” (Lelo e Marques, 2014; Santos, 2016; Casara, 2017).

Será preciso lutar arduamente para que essas transformações recentes não convertam o Brasil num país que deixou de lutar contra

as suas desigualdades e as contradições de sua realidade ainda estruturalmente racista e patriarcal. Estamos muito mais cientes hoje do quanto ainda nos falta conquistar e do quanto é preciso lutar para manter aquilo que já foi alcançado.

Como a/o leitor/a poderá perceber cada um dos capítulos neste livro dá testemunho dos avanços, mas também de obstáculos que não conseguimos ainda vencer. A elaboração do seu conteúdo conta com um grupo de especialistas e colaboradoras/es brasileiras/os sobre a condição das mulheres na sociedade brasileira em campos distintos, mas que compartilham uma mesma lente, por assim dizer: voltam as suas análises para a realidade das mulheres no país, com o foco em suas condições políticas, culturais, sociais e econômicas vigentes e da necessidade de ainda maior superação para o alcance final da tão sonhada igualdade efetiva entre mulheres e homens.

Cada capítulo, seguindo a sua linguagem específica, traduz nossos desafios sistêmicos de superação das desigualdades de gênero e nos coloca diante de uma (ainda longa) plataforma de ações que ainda precisariam ser adotadas. Outros capítulos já dão destaque, para além dos obstáculos e desafios, para o robusto conjunto de políticas sociais desenvolvidas em anos progressos (a exemplo da Lei Maria da Penha, entre outras), que tiveram como principal objetivo combater as desigualdades e as violências de gênero, impactando sobremaneira a vida de milhares de mulheres.

Desde as iniciativas de desconstrução da banalização cultural que paira sobre o assédio sexual nos meios de transporte, passando pelas mazelas da reforma trabalhista sobre os direitos das mulheres e pela importância de identificar as diferentes facetas da violência que ainda é perpetrada contra as mulheres (incluindo-se a violência obstétrica) e a salutar e bem vinda consideração de que agimos melhor, quando agimos em rede, passando ainda pelos significativos esforços de dar maior visibilidade às mulheres em condições específicas de vulnerabilidades – sejam aquelas submetidas às duplas transgressões por serem meninas/adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, mulheres estupradas em situações de conflito armada na Colômbia, aquelas que se submetem ao abortamento clandestino no Brasil ou que se encontram na trajetória de rua – destaca-se o esforço dos vários capítulos nessa obra em dar maior e mais sistemática visibilidade às lutas recentes das mulheres brasileiras por mais tratamento justo, por mais igualdade com respeito imprescindível às diferenças e por mais democracia.

Todas as agendas inconclusas no caminho da consolidação da emancipação e cidadania das mulheres passam, de forma terminativa, pela luta por maior presença das mulheres nos âmbitos acadêmicos e científicos (temos ainda uma revolução epistêmica a realizar), nos espaços de poder e de decisão (inclusive no âmbito das empresas de tecnologia, pois há uma revolução política a realizar), assim como impõe uma profunda revisão nas formas de significação e apropriação dos corpos (há ainda uma revolução material-corporal a ser realizada). Esses desafios também se encontram analisados, em alguma medida, neste Volume.

Caberia, então, finalizar essa breve Introdução dando destaque à dimensão estratégica da política que, em minha opinião, trama os nossos obstáculos em quase todas as demais arenas. Exatamente quando fazemos 100 anos da primeira conquista do direito ao voto feminino na Inglaterra, e, 90 anos da eleição da primeira mulher prefeita brasileira, em Lages (RN) - Alzira Soriano - temos muito pouco a comemorar sobre a nossa política (de uma forma geral e, ainda mais especificamente, quando pensamos na igualdade, na justiça e na democracia nas perspectivas de gênero e raça).

Sabemos infelizmente do deletério quadro de sub-representação feminina do país. Sendo a média mundial de mulheres parlamentares, medida para 193 países, de 23,5% (em 2017), segundo a União Inter-Parlamentar (UIP)⁴, o Brasil infelizmente (como em outros indicadores de desigualdade de gênero aqui mencionados), despencou do 116º lugar para o 151º, sendo um “exemplo negativo”, completamente destoante da tendência mundial e, sobretudo, regional. Nas Américas estamos atrás de todos os demais países da região, exceção feita a Belize (que ocupa a posição 163) e o Haiti (na posição 184).

Não estamos e nunca estivemos de modo efetivo e robusto nas posições de mando neste país.

E é muito importante esclarecer que atualmente, existem mais de 1.700 propostas de leis e de revisões legais vinculadas aos direitos das mulheres em tramitação na Câmara e no Senado brasileiros. Entre elas, questões ligadas a criminalização do assédio sexual, vinculadas ao aborto, direito à amamentação, mercado de trabalho, representatividade na política, discriminação por gênero etc. Mas não estamos lá para fazer ouvir a nossa voz. Por exemplo, está em tramitação a

⁴ Ver: <http://archive.ipu.org/wmn-e/world.htm>

Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 181/2011 – a famigerada PEC “Cavalo de Tróia”⁵ – que determina que “a vida começa desde a concepção”, a fim de barrar a descriminalização do aborto no Brasil em todos os casos, que deverá ser analisada em 2018. O texto foi aprovado em uma comissão especial sobre o tema, em 8 de novembro de 2017, com 18 votos a favor, todos de homens, e um, da deputada Erika Kokay (PT-DF) contra, em uma sessão completamente esvaziada. Os movimentos feministas fizeram inúmeros protestos nas ruas, nas redes, mas os representantes simplesmente ignoraram.

Também está em tramitação, no Senado, outra proposta de emenda constitucional, a PEC 38/2015, de autoria da deputada Luiza Erundina (PSOL-SP), que dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, que diz que “na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa”. Ou seja: se com essa alteração, se passaria a garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assegurando, ao menos, uma vaga para cada sexo. Mas sabemos que as chances de aprovação dessa emenda são mínimas.

Ainda um último exemplo, após a publicização de diversos casos de assédio sexual contra mulheres no transporte público, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara aprovou, em setembro de 2017, uma proposta que cria o crime de *importunação sexual*. A relatora, deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ), incluiu na proposta original a definição do crime de importunação sexual: “praticar, na presença de alguém e sem a sua anuência, ato libidinoso”. Essa proposta também aumenta penas para estupro e criminaliza a divulgação de cenas de abuso sexual. A medida está prevista no Projeto de Lei 5452/16, do Senado, que altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40). Se aprovada, a pena será de dois a quatro anos de reclusão, cumprida inicialmente em regime fechado. O PL começou a ser discutida no plenário da Câmara em dezembro, mas ainda não tem previsão de quando será votada. Provavelmente será mais uma proposta “engavetada” neste ano eleitoral. Não temos força política para fazer essas propostas tão importantes prosperarem. Não basta

⁵ Essa PEC tratava originalmente da ampliação da licença-maternidade no caso de prematuros, mas propôs também a alteração de dois artigos da Constituição para definir que a “vida começa na concepção”; esse é o motivo da alcunha.

termos poucas mulheres lá, ainda e mesmo se estas forem feministas. Precisamos, de fato, de um número muito mais expressivo delas efetivamente eleitas. Certamente, com um percentual mais robusto de mulheres eleitas, as nossas possibilidade de fazer ainda mais rapidamente as transformações que são tão urgentes para efetivar nossos direitos seriam bem diferentes.

Se, por um lado, esse é efetivamente um dos nossos maiores obstáculos nos processos de emancipação, de outro ponto de vista (bem mais otimista, é claro!), pode também significar algo positivo. E, se há alguma vantagem em sermos apenas cerca de 10 ou 12 % de mulheres apenas representadas nos parlamentos brasileiros, praticando indicadores menores que países como o Afeganistão (na 55ª posição no já mencionado ranking da UIP) e a Arábia Saudita (97ª posição), é a certeza de que não fomos nós mulheres que produzimos essa profunda crise democrática que está aí. Não somos nós mulheres que estamos produzindo uma nação de joelhos, recolonizada e servil aos desmandos das forças ultraneoliberalizantes do capitalismo rentista global contemporâneo. Pelo contrário: foi pela retirada da primeira mulher a chegar ao cargo máximo de poder deste país que todo esse processo foi aprofundado. Mais uma evidência empírica de que gênero e raça são princípios operativos importantes dessa agenda ultraconservadora (e não apenas elementos acessórios nela). Eu também lhes garanto que não foram/são as mulheres – enquanto um coletivo – que construíram esse modelo assassino, mortífero, violento e odioso de política. Não construímos essa sociedade da necropolítica e resistimos cotidianamente a ela. Esta é uma construção de homens mais velhos, brancos, burguesa e, supostamente, heterossexuais: a imagem do patriarca que ainda nos assombra desde a colonização.

Precisamos urgentemente transformá-la, com certeza. Uma urgência dos tempos que correm e que, como em outras circunstâncias históricas, vai recair sobre os ombros das mulheres brasileiras.

Referências

- CASARA, Rubens. **Estado pós-democrático: Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. São Paulo, Editora Civilização Brasileira, 2017.
- LELO, Thales e MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. “Democracia e pós-democracia no pensamento político de Jacques Rancière a partir das noções de igualdade, ética e dissenso”. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online]. 2014, n.15, pp.349-374.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos de Pagu**, Campinas, n. 43, p. 57-118, Dec. 2014.

ONU MULHERES. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social** – Brasília: ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, 2016.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida. O Brasil no século XXI**, Rio de Janeiro, FGV, 2017.

Apresentação

Polianna Pereira dos Santos¹; Daniela Tiffany Prado de Carvalho²; Elisa Maria Taborda da Silva³



A situação das mulheres em sociedade tem sido objeto de discussão em todos os ambientes, ganhando cada vez mais espaço e importância. Conscientes da necessidade de dar mais visibilidade à temática de forma clara, embasada e científica, nos dedicamos à realização desse projeto.

Nós, as organizadoras, vimos de diferentes áreas do saber – direito, psicologia e letras –, o que é bastante exemplificativo do nosso interesse em promover debates multidisciplinares. Estamos certas de que a questão de gênero perpassa por todas as áreas, todos os ambientes e todos os espaços em nossa sociedade. Destacamos também a essencialidade de reconhecer a pluralidade do tema. Falamos sobre as mulheres, as várias mulheres, com perfis, perspectivas, especificidades, com a clara finalidade de promover a discussão sem descurar da interseccionalidade que, para nós, é ínsita e essencial para o debate e estudo das questões de gênero.

¹ Mestra em Direito Político pela UFMG. Especialista em Ciências Penais pelo IEC PucMinas. Advogada, professora e pesquisadora de Gênero. Coordenadora de Comunicação da Academia Brasileiro de Direito Eleitoral e Política – ABRADep. Diretora Presidente da Associação Visibilidade Feminina. Sócia do Instituto de Ensino Jurídico e Consultoria – IEJC.

² Psicóloga e mestre em Psicologia Social pela UFMG. Mulher negra, feminista umbandista. Pesquisadora em gênero e promoção da igualdade racial. Assessora parlamentar da Deputada Marília Campos.

³ Licenciada em Letras pela UFMG, seguindo as trilhas das literaturas africanas de língua portuguesa. Concluiu o mestrado na PUC Minas, investigando a Estética do Trauma e a Poética da Relação na produção literária angolana. Terapeuta Natural, feminista, empreendedora, investigadora do Ser Divino e do Sagrado Feminino.

Desse modo, lançamos um Edital Público de chamada de artigos, amplo, visando a investigação acadêmica de questões atuais e polêmicas de relevância nacional e internacional, relacionadas à situação das mulheres em sociedade, ao preconceito de gênero e à violência. Coube aos pesquisadores o enfrentamento teórico e prático do tema, para auxiliar na compreensão da questão e atuar em busca de soluções eficazes, convergindo para um único objetivo: a promoção da igualdade de gênero. No edital chamamos atenção para a necessidade de abordagem das questões e polêmicas contemporâneas sobre a situação das mulheres em sociedade, em diferentes áreas do saber, considerando-se perspectivas históricas, sociológicas, antropológicas, jurídicas, políticas, econômicas, entre outras.

Com o fim de orientar os autores-proponentes, definimos cinco eixos temáticos: Mulheres e Poder; Mulheres e Cultura; Mulheres e Sexualidade; Mulheres e Saberes e Mulheres e Violência. Nessa divisão, buscamos destacar pontos que a nosso ver seriam chaves para a compreensão da situação das mulheres no contexto social com amplitude, inclusive sem descurar com saberes diversos, tradicionais, que historicamente são relacionados, em grande medida, às mulheres.

Recebemos cerca de quarenta artigos no total, de autores e autoras do Brasil inteiro, dos quais retiramos os vinte e três artigos que compõem essa obra. A seleção foi feita em conjunto, sem identificação prévia dos autores, considerando a pertinência temática, o cumprimento dos critérios definidos no edital, a pluralidade de visões e ideias sobre múltiplos aspectos dos mais diversos temas.

O Livro “Mulheres na Sociedade: desafios para a visibilidade feminina”, se apresenta num contexto muito complicado da realidade brasileira. Há mais de um século os movimentos feministas e de mulheres reivindicam a superação das desigualdades que estruturam as relações de gênero. Tivemos importantes avanços teóricos, sociais e políticos, mas fato é que ainda estamos muito distantes de uma sociedade justa e igualitária para as mulheres.

Não é por acaso, portanto, que recebemos um volume muito maior de artigos relacionados ao eixo temático Mulheres e Violência do que qualquer outro. As mulheres seguem sendo tratadas pela sociedade e pela nossa legislação como vítimas (que em muitos momentos de fato são). Por outro lado, é bom perceber um crescente interesse em pensar e produzir conhecimento nas temáticas relacionadas ao Poder e a Cultura. No entanto, recebemos pouquíssimos textos vin-

culados ao eixo Mulheres e Sexualidade, o que retrata certamente o tabu relacionado à essa questão.

Esperamos que esse livro possa nos ajudar a compreender e problematizar um pouco mais da nossa situação, mulheres, na sociedade em que vivemos e que ajudamos a construir. Convidamos a todas e a todos a repensarem seus papéis e suas posições, e a buscar a construção de um mundo mais igualitário para todes.

“A situação das mulheres em sociedade tem sido objeto de discussão em todos os ambientes, ganhando cada vez mais espaço e importância. Conscientes da necessidade de dar mais visibilidade à temática de forma clara, embasada e científica, nos dedicamos à realização desse projeto.

Nós, as organizadoras, vimos de diferentes áreas do saber – direito, psicologia e letras –, o que é bastante exemplificativo do nosso interesse em promover debates multidisciplinares. Estamos certas de que a questão de gênero passa por todas as áreas, todos os ambientes e todos os espaços em nossa sociedade. Destacamos também a essencialidade de reconhecer a pluralidade do tema. Falamos sobre as mulheres, as várias mulheres, com perfis, perspectivas, especificidades, com a clara finalidade de promover a discussão sem descuidar da interseccionalidade que, para nós, é ínsita e essencial para o debate e estudo das questões de gênero.”

Polianna Pereira dos Santos
Daniela Tiffany Prado de Carvalho
Elisa Maria Taborda da Silva



ISBN 978-85-8425-xxx-x